

Helena de Souza Soares

**A influência do status socioeconômico na percepção racial: um estudo experimental no contexto brasileiro**

Uberlândia

2024

Helena de Souza Soares

**A influência do status socioeconômico na percepção racial: um estudo experimental no contexto brasileiro**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia  
Orientador: Leonardo Gomes Bernardino

Uberlândia

2024

Helena de Souza Soares

**A influência do status socioeconômico na percepção racial: um estudo experimental no contexto brasileiro**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia  
Orientador: Leonardo Gomes Bernardino

Banca Examinadora

Uberlândia, 12 de novembro de 2024

---

Prof. Dr. Leonardo Gomes Bernardino (Orientador)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

---

Prof. Dr. Joaquim Carlos Rossini (Examinador)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

---

Profª. Dra. Yara Magalhães dos Santos (Examinadora)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Uberlândia  
2024

## **Agradecimentos**

Não acredito que somos completamente livres em nossas escolhas e essa visão de mundo me faz sentir que é essencial expressar meus agradecimentos. Uma vez que somos determinados por uma série de fatores, as pessoas que cruzaram meu caminho e escreveram minha história junto a mim têm seu peso nas minhas tomadas de decisão ao longo dos anos de graduação. Então, agradeço, profundamente, a todos que tiveram um papel no processo de escrita deste trabalho. Compreender e ser plenamente consciente de cada fator que me permitiu concluir esta pesquisa e meu curso de graduação está além da minha capacidade. No entanto, tenho algumas pistas sobre quem são alguns dos protagonistas dessa jornada.

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer aos meus pais. Sinto-me uma pessoa de muita sorte por ter crescido em um ambiente que, desde cedo, incentivou o interesse pelos estudos e reforçou sua importância. Embora os estudos possam não ser a coisa mais importante do mundo, hoje entendo que é o que me faz feliz, dá sentido e propósito à minha vida. Aos meus pais, as palavras nunca serão suficientes para expressar o quanto sou agradecida. Obrigada por me apoiarem, por me ajudarem a ser quem sou e por sempre estarem ao meu lado. Pode parecer contraditório, mas sei que, para eles, este trabalho é, ao mesmo tempo, algo grandioso e um simples detalhe. Esse é o amor que eles têm por mim: celebram minhas conquistas, mas entendem que elas dizem pouco sobre o porquê de me amarem tanto. Mãe e pai, obrigada pelo amor incondicional que me ofereceram.

Estendo meus agradecimentos aos meus avós, Sueli Soares e Mário de Souza, e tios, Elias de Souza e Jaqueline de Souza, que me apoiaram ao longo da vida, ajudando a me criar ao lado dos meus pais e oferecendo amor, também sem esperar nada em troca. Durante a elaboração deste trabalho, precisei da ajuda deles em alguns momentos e mesmo que isso lhes custasse algo, não hesitaram em me estender a mão.

Ainda sobre família, agradeço a uma amiga que já faz parte de tantos anos e acontecimentos que é como se fosse uma irmã. Erica Duarte, você segura minha mão há muito tempo, já faz 14 anos e é difícil saber por onde começar a te agradecer. Vou me ater a este trabalho: você e sua família me ajudaram em diversas etapas, desde a criação das imagens até a busca pelo lugar para coleta de dados e pelos participantes para a pesquisa. Obrigada, você esteve comigo desde o início. Antes que eu tivesse alguma pista sobre quem eu era, eu já era alguém aos seus olhos — alguém que você permitiu conhecer e reconhecer, apoiar e amar durante as mais diversas fases.

Às minhas amigas, Maria Eduarda Jussiane, Lunna Martoni, Maria Clara Duarte, Fernanda Simões, Ana Júlia Calegari, Luísa Della Nina, Julia Mouza e Maria Júlia Gonçalves, agradeço por estarem presentes nesta caminhada. Cada uma de vocês teve uma participação especial e, ao mencioná-las, não posso deixar de me perguntar: do que se trata a vida, afinal, se não das pessoas que estão ao nosso lado? No fim, é por vocês que estou aqui. Há quem diga que sou uma pessoa bem relacionada. Pois é, dei muita sorte.

Agradeço também ao meu orientador, Dr. Leonardo Gomes Bernardino, que não apenas me orientou neste trabalho, mas me ensinou a pesquisar e me apoiou com precisão. Admiro seu conhecimento, seu trabalho e, principalmente, sua habilidade de ensinar. Como alguém que considera seguir a carreira acadêmica, eu não poderia deixar de reparar que você tem a medida exata do ensinar. Isso é uma habilidade valiosa: o equilíbrio entre saber oferecer amparo, mostrar o caminho, e, ainda assim, fazer com que a pessoa busque explorá-lo de forma autônoma. Por último, agradeço a todos os participantes da pesquisa que disponibilizaram seu tempo e se colocaram à disposição para ajudar no processo.

Finalizo esta etapa da minha vida de forma muito diferente do que imaginei. Agora, tenho mais perguntas do que quando comecei. Contudo, compreendo que o conhecimento nos proporciona isso: enxergamos mais questionamentos do que respostas. E o que seria de um

pesquisador sem suas perguntas? Ao longo deste processo, entendi que formular boas perguntas é uma tarefa árdua e que demanda muito conhecimento. Esse é o norte que desejo para minha vida: formular boas perguntas — perguntas que de fato me despertem o famoso “brio”. Por fim, lembro-me de que, como todo ser humano, sou repleta de limitações e vieses dos quais nunca poderei me libertar completamente. Entretanto, talvez eu possa me afastar um pouco das minhas próprias representações.

## Resumo

Sob a ótica da Psicologia Social Cognitiva, a percepção de estímulos visuais é constituída pela intersecção de processos ascendentes (*bottom-up*) e descendentes (*top-down*). Neste sentido, pistas contextuais como as informações de status socioeconômico (*top-down*) podem influenciar a percepção racial (*bottom-up*), na medida em que estão relacionadas a estereótipos, que conferem legitimidade e manutenção de hierarquias sociais. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa foi investigar o efeito da apresentação de cenários visuais relacionados a status socioeconômico (baixo, médio e alto) sobre a categorização racial de faces como brancas ou pretas no contexto brasileiro. Os participantes (n = 51) responderam aos seguintes questionários: (1) questionário sociodemográfico; (2) Escala de Motivação Interna e Externa para Responder sem Preconceito; (3) Escala de Racismo Revitimizador; (4) a versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social – 7. Os participantes também realizaram uma tarefa de categorização racial. Nesta, os estímulos foram elaborados pela combinação de 176 faces modeladas computacionalmente em um contínuo racial preto-branco com 48 imagens de paisagem (*landscape*) do banco de imagens SocialPICS, igualmente divididas em status socioeconômico (baixo, médio e alto). Os resultados mostraram que, ao contrário do esperado, as medidas explícitas de preconceito correlacionam positivamente com os limiares de categorização. Não houve diferenças significativas entre os limiares de categorização racial, em função dos contextos socioeconômicos. Entretanto, foi observada uma correlação entre o limiar de categorização na condição de status socioeconômico alto e o fator de Anti-Igualitarismo da escala de Orientação à Dominância Social. Por fim, compreende-se que a percepção racial e o racismo estão ligados a diversos aspectos subjetivos e contextuais (*top-down*) e, por consequência, manifesta-se de uma forma diferente no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Percepção de raça; Status socioeconômico; Preconceito; Orientação à dominância social.

## **Abstract**

From the perspective of Social Cognitive Psychology, the perception of visual stimuli is shaped by the intersection of bottom-up and top-down processes. In this sense, contextual cues such as socioeconomic status information (top-down) can influence racial perception (bottom-up), as they are related to stereotypes that legitimize and maintain social hierarchies. Thus, the aim of this research was to investigate the effect of presenting visual scenarios related to socioeconomic status (low, medium, and high) on the racial categorization of faces as either white or black in the Brazilian context. Participants ( $n = 51$ ) completed the following questionnaires: (1) sociodemographic questionnaire; (2) Internal and External Motivation to Respond Without Prejudice Scale; (3) Re-victimization Racism Scale; (4) the short version of the Social Dominance Orientation Scale – 7. Participants also performed a racial categorization task. In this task, stimuli were created by combining 176 computer-modeled faces on a black-white racial continuum with 48 landscape images from the SocialPICS image bank, equally divided into low, medium, and high socioeconomic statuses. The results showed that, contrary to expectations, explicit prejudice measures were positively correlated with categorization thresholds. There were no significant differences in racial categorization thresholds according to socioeconomic contexts. However, a correlation was found between the categorization threshold in the high socioeconomic status condition and the Anti-Egalitarianism factor of the Social Dominance Orientation scale. Finally, it is understood that racial perception and racism are linked to various subjective and contextual aspects (top-down) and, consequently, manifest differently in the Brazilian context.

**Keywords:** Race perception; Socioeconomic status; Prejudice; Social dominance orientation.

## Sumário

1. Introdução	10
2. Método	17
2.1. Participantes	17
2.2. Material e Equipamento	17
2.3. Procedimento	20
2.4. Análise de Dados	21
3. Resultados	23
4. Discussão	28
5. Referências	37

## 1. Introdução

O Brasil é um país historicamente marcado por estruturas racistas e por injustiças sociais que se perpetuam até a atualidade (Lima, 2020; Truzzi et al., 2023). Tradicionalmente, a abordagem dos fatores psicológicos associados ao preconceito e à discriminação é conduzida pela área conhecida como Psicologia Social. Neste contexto, um conceito importante na referida área é o de esquemas. Toda vez que conhecemos alguém diferente, ou nos engajamos em uma nova experiência, não partimos do nada para interpretar aquela nova situação posta, utilizamos nossos esquemas (Akert et al., 2015). Nesse sentido, os esquemas, de forma geral, são informações já armazenadas ou memorizadas que servem como base para interpretações sociais que irão se dar no futuro. É através dos esquemas que enxergamos o mundo, nós mesmos e os outros. É posto que, diante de situações ambíguas recorremos aos nossos esquemas para tomar uma decisão ou formar uma percepção, ou seja, os esquemas preenchem lacunas de informações. Portanto, os esquemas, inevitavelmente, irão influenciar e compor a nossa percepção racial.

Os estereótipos seriam esquemas sobre grupos, que influenciam nossas interpretações (Lima, 2020). Alguns estudos se aprofundaram na temática de estereótipos relacionada à raça, por exemplo, Berkebile et al. (2022) levantaram a hipótese de que cenários de escassez suscitam em pessoas não-negras<sup>1</sup> a expressão de estereótipos que legitimam as posições hierárquicas dos grupos dentro da sociedade. Nessa lógica, foi entendido que a expressão dos estereótipos confere legitimidade e manutenção da hierarquia social. Como os estereótipos estão associados ao processo de percepção racial, também estão relacionados à interpretação que baseia as interações que ocorrem posteriormente a ela (Freeman et al., 2011). Nesse sentido, a interpretação que se origina da percepção, metaforicamente chamada de lentes, vai

---

<sup>1</sup> O termo “pessoas não-negras” é comum na literatura internacional, no entanto, compreendemos que o seu uso deve ser contextualizado, na medida em que se refere a uma categoria muito ampla e com um significado diferente a depender do contexto cultural.

expressar consequências nas emoções e sentimentos, tal como nos comportamentos. Isso porque, de acordo com o modelo cognitivo, as cognições influenciam os sentimentos e os comportamentos (Beck, 2022). Em síntese, os estereótipos vão contribuir para a percepção racial, que por sua vez irá configurar uma lente que influenciará os julgamentos e as impressões do outro (talvez resultando em preconceito), assim como as futuras interações com este (talvez resultando em discriminação).

Nas últimas décadas, evidências crescentes sugerem que a percepção racial não é apenas influenciada por características físicas (e.g., cor da pele), cujo processamento é ascendente (*bottom-up*), mas também por pistas contextuais presentes que ativariam estereótipos, cujo processamento é descendente (*top-down*) (Freeman et al., 2011; Krosch, 2022; Torres et al., 2019). Ou seja, no processo de percepção racial há uma competição entre categorias que vão estar parcialmente ativas, sendo que, frente uma maior ambiguidade racial, essa competição se exacerba e os processos descendentes contribuirão na formação do percepto final.

Em uma revisão sistemática, Krosch (2022) encontrou que a noção de ameaça é fundamental para entendermos o papel desses processos descendentes sobre a percepção racial. A sensação de ameaça pode decorrer de fatores ambientais (e.g., escassez econômica ou mudança demográfica), de fatores sociocognitivos do observador (e.g., estereótipos e crenças) e de fatores do indivíduo observado (e.g., expressões emocionais). A Teoria da Ameaça Intergrupar enfatiza que a ameaça percebida ocorre mais frequentemente com grupos sociais aos quais o indivíduo não tem o sentimento de pertença (exogrupo ou *out-group*), aumentando a probabilidade de preconceito e de discriminação dirigida ao grupo, pois fornecem justificativas implícitas para tais comportamentos (Berkebile-Weinberg et al., 2022; Krosch et al., 2017; Lima, 2020).

Um estudo interessante que está em consonância com a Teoria da Ameaça Intergruppal é o de Krosch e Amodio (2014). Conforme o esperado, os autores encontraram que pessoas com escores mais elevados numa escala de autorrelato de preconceito racial necessitaram de menos características fenotípicas para categorizar uma face como preta (limiar de categorização racial baixo). Além disso, os autores observaram que, em uma situação simulada de escassez econômica, as pessoas apresentaram limiares de categorização racial mais baixos em comparação com uma situação sem escassez econômica. Assim, um contexto de competição de recursos, provavelmente compreendido como uma situação de ameaça, afetou a percepção racial (ver também Rodeheffer et al., 2012). Esses resultados também fornecem evidências para o fenômeno da hipodescendência, que seria a tendência de atribuir, de forma automática, a indivíduos miscigenados uma categorização do grupo racial de status mais baixo (Peery & Bodenhausen, 2008). Isto é, em condições ambíguas e de difícil categorização racial, há uma tendência em classificar os indivíduos como pertencentes ao exogrupo (*out-group*).

No entanto, uma replicação conceitual do estudo de Krosch e Amodio (2014) realizada no Brasil, numa condição de maior validade ecológica, visto que um grupo de participantes estava realmente enfrentando uma situação de escassez econômica (redução dos rendimentos familiares) em função da pandemia da COVID-19, os achados foram diferentes (Antunes et al., 2023). Isto é, os resultados não indicaram um efeito da condição de escassez econômica sobre a percepção racial. Ademais, as pessoas com elevados escores nas escalas de preconceito apresentaram um limiar de categorização racial mais alto, i.e., eram necessários mais traços fenotípicos para que uma face fosse classificada como preta. Esses achados revelam a necessidade de mais pesquisas brasileiras sobre o assunto, afinal, como fenômeno também social, a percepção racial será afetada diferentemente a depender do contexto histórico, cultural, social e político para a formação de sua população.

A história das relações étnico-raciais brasileira é talvez única no mundo, pois além das consequências nefastas da escravidão, foi e é influenciada pelo mito da democracia racial no Brasil. Nesse contexto, o termo “democracia racial” foi apresentado por Gilberto Freyre no livro *Casa Grande & Senzala* de 1933 (Lima, 2020). Freyre destaca que no Brasil há a presença de uma narrativa que coloca o país como um lugar livre de preconceitos raciais. O mito da democracia racial decorre do mito de uma escravidão benevolente. Tais mitos revelam uma tendência cultural de amenizar situações desumanas e discriminatórias relacionadas à raça no Brasil. Destaca-se ainda o histórico de miscigenação brasileira em função de como se deu a colonização portuguesa, resultando num fenômeno chamado branqueamento. De acordo com Lima (2020), o branqueamento seria uma incorporação, por pessoas negras, de padrões normativos e culturais brancos na tentativa de serem identificadas, racialmente, de uma forma mais positiva. Em suma, todos os parâmetros históricos e culturais apontados reforçam a realidade apontada por este autor: “desde o fim da escravidão as expressões do preconceito racial no Brasil se apresentaram de maneira sutil ou velada” (p. 103).

Ainda no contexto brasileiro, é necessário destacar que, mesmo após a promulgação da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, os negros continuaram marginalizados e se submetendo a condições de trabalho análogas à escravidão, lutando pela sobrevivência. Paralelamente, políticas afirmativas a essa população demoraram para começar a existir, o que perpetuou a marginalização dos negros no Brasil e reforçou uma discrepância econômica significativa em relação aos brancos, sendo que o racismo atua como um mecanismo de manutenção dessa dinâmica social (Lima, 2020; Truzzi et al., 2023). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), entre os 10% com menores rendimentos 25,4% são brancos e 73,6% são pretos ou pardos. Tem-se, nesse conjunto de dados, que entre os 10% com maiores rendimentos 70,7% são brancos e 27,6% são pretos ou pardos. Os dados ainda revelam que o rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês (R\$) de pessoas

brancas foi de R\$3.273,00, em contrapartida de pessoas pretas ou pardas o rendimento foi de R\$1.994,00. Essa profunda discrepância indica um emaranhamento entre a questão racial e a desigualdade socioeconômica no Brasil.

A estreita relação entre as categorias sociais de “raça” e de “status socioeconômico” encontra respaldo inclusive do ponto de vista neural, pois as interpretações de ambas as categorias recorrem a componentes diferentes de uma rede neural avaliativa comum (Mattan, Wei et al., 2018). Neste contexto, é necessário diferenciar a atividade neural envolvida na percepção de raça e de status socioeconômico em termos de (1) codificação e sinalização afetiva (processos ascendentes, e.g., amígdala); e (2) controle executivo, que regula as cognições, emoções e comportamentos (processos descendentes, e.g., áreas do córtex pré-frontal) (de Moraes Jr et al., 2023). Essa distinção revela mais uma vez a complexidade do processamento de categorias sociais e que, nem todo preconceito é, necessariamente explícito, há também um preconceito implícito que se articula através de processos cognitivos automáticos, fora da esfera do controle voluntário (Lima, 2020).

Do ponto de vista comportamental, também há evidências de que o status socioeconômico é capaz de modular o processamento visual inicial de faces e influenciar a categorização racial desta. Por exemplo, Freeman et al. (2011) investigaram a influência do vestuário na categorização racial. Nesse estudo, a hipótese examinada sugeria uma tendência de que pistas contextuais de status socioeconômico elevado (e.g., terno) aumentariam a probabilidade de classificação de faces como brancas e pistas contextuais de baixo status socioeconômico (e.g., roupa de zelador) aumentariam a classificação das faces como negras. As hipóteses levantadas pelo estudo foram confirmadas, assim como foi observado que a influência das pistas contextuais aumenta à medida que a ambiguidade racial das faces foi maior. Essa pesquisa traz evidências empíricas de uma discussão das Ciências Sociais que aqui,

também, configura-se de extrema relevância: “a raça é socialmente construída e imbuída de significado, em parte, por fatores sociais”<sup>2</sup> (Freeman et al., 2011, p. 1, tradução livre).

Há, ainda, evidências de que o cenário (i.e., contexto ambiental) no qual uma face é apresentada também pode influenciar a categorização racial de faces. No estudo de Freeman et al. (2013), faces com diferentes graus de estereotípiam amarela (oriental) ou branca foram apresentadas em cenários tipicamente estadunidenses, neutros ou chineses. A tarefa dos participantes, estadunidenses e chineses, era julgar etnicamente as faces. Os resultados indicaram que, para ambas as nacionalidades, a face tinha maior probabilidade de ser classificada como amarela, caso estivesse no cenário tipicamente chinês; e que uma face tinha maior chance de ser classificada como branca se estivesse em um cenário tipicamente estadunidense.

Nesta direção, outro estudo interessante é o de Torres et al. (2019), no qual se verificou que a cor da pele é um indicador de status social, i.e., atribuiu-se maior prestígio social a uma face branca em comparação com uma face preta. Esse estudo foi conduzido no Chile que, assim, como o Brasil é classificado como uma sociedade não WEIRD (acrônimo em inglês de Branco, Educado, Industrializado, Rico e Democrático). Recentemente, pesquisadores brasileiros desenvolveram um banco de imagens com informações de status socioeconômico e de seu espaço afetivo (valência e nível de alerta) em três condições: ações, vestuário e paisagem (Araújo et al., 2024). Os resultados sugerem que as imagens de status socioeconômico podem ser compreendidas como imagens de conteúdo emocional (alto status, valência positiva, nível de alerta baixo vs. baixo status, valência negativa, nível de alerta alto), reforçando o papel que essa categoria social tem na codificação e na sinalização afetiva de estímulos. Esse banco de imagens padronizado e com normas brasileiras, será muito útil no avanço dessa agenda de

---

<sup>2</sup> No original: “(...) race is socially constructed and imbued meaning, in part, by social factors ” (Freeman et al., 2011, p. 1)

pesquisa. Como já descrito anteriormente, há diferenças importantes nos estudos sobre percepção racial, em função do local da coleta de dados (Antunes et al., 2023; Krosch & Amodio, 2014), o que também deve ser verdade para os estudos da relação entre percepção racial e status socioeconômico. Isso ressalta a urgência da realização de mais pesquisas sobre a interação dessas categorias sociais na Psicologia Experimental e nas Neurociências em sociedades não WEIRD, principalmente na América Latina, de modo que a discussão de seus resultados seja contextualizada às suas realidades particulares.

Por fim, levando-se em consideração que há um contexto de profunda desigualdade entre pessoas pretas ou pardas e pessoas brancas no Brasil (Lima, 2020; Truzzi et al., 2023), é fundamental identificar como se estrutura o preconceito racial e como ele se relaciona com estereótipos sociais e características subjetivas na sociedade brasileira. Ademais, pesquisas como esta possuem potencial de orientação às ações e políticas afirmativas com garantias de direitos, historicamente negados à população negra de nosso país. Assim, o objetivo da presente pesquisa é investigar o efeito da apresentação de cenários visuais relacionados a status socioeconômico (baixo, médio e alto) sobre a categorização racial de faces como brancas ou pretas.

O presente estudo testou a hipótese de que, na presença de pistas contextuais de baixo status socioeconômico, os participantes apresentariam menor limiar de categorização racial em comparação com as condições de alto e médio (controle) status socioeconômico. Isto é, os participantes precisariam de menor quantidade de características fenotípicas para categorizar uma face como preta num contexto de baixo status socioeconômico. Além disso, esperava-se encontrar correlações negativas entre o limiar de categorização racial e as medidas explícitas de preconceito racial.

## **2. Método**

### *2.1. Participantes*

A amostra foi composta por cinquenta e um (51) adultos, com idade média de 30,63 anos (DP = 12,81). A amostra foi obtida por conveniência, com o convite para participação sendo realizado diretamente pela pesquisadora em espaços públicos da Universidade Federal de Uberlândia. Antes de iniciar sua participação no experimento, todos os voluntários assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFU (CAAE: 69565923.8.0000.5152), conforme as normas vigentes no Brasil sobre estudos com humanos. A caracterização da amostra é apresentada na Tabela 1.

### *2.2. Material e Instrumentos*

Utilizou-se um questionário inicial com perguntas sobre a idade, o sexo, a região onde nasceu, a raça, o estado civil, o nível educacional, a renda familiar, o posicionamento político e o status social percebido do participante. Além destas, havia perguntas sobre a diversidade racial dos ambientes frequentados pelo participante, o grau de informação sobre as discussões raciais no Brasil (letramento) e o nível de concordância com as políticas afirmativas (cotas) para concursos públicos e para ingresso na Universidade. As seguintes escalas de autorrelato também foram utilizadas: (1) Escala de Racismo Revitimizador, (2) Escala de Motivação Interna e Externa para Responder sem Preconceito, e (3) a versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social – 7. A primeira escala é composta por 10 itens com um único fator (crença de que pessoas negras se fazem de vítimas e são culpadas pelo racismo). As respostas são registradas em uma escala de 5 pontos e o instrumento apresentou alta consistência interna ( $\alpha = 0,91$ ) e validade em análises convergentes e discriminativas (Lima et al., 2020).

**Tabela 1***Caracterização da Amostra (n = 51).*

Variável sociodemográfica	n	%
<b>Gênero</b>		
Feminino	32	62,7
Masculino	19	37,3
<b>Região onde nasceu</b>		
Nordeste	1	2,0
Sudeste	49	96,0
Sul	1	2,0
<b>Estado civil</b>		
Casado(a) / União estável / Amasiado(a)	12	23,5
Divorciado(a)	1	2,0
Solteiro(a)	38	74,5
<b>Raça</b>		
Amarelo	1	2,0
Branco	39	76,5
Pardo	10	19,5
Preto	1	2,0
<b>Nível de escolaridade</b>		
Ensino fundamental incompleto	1	2,0
Ensino fundamental completo	1	2,0
Ensino médio incompleto	1	2,0
Ensino médio completo	13	25,5
Ensino superior incompleto	28	54,9
Ensino superior completo	7	13,6
<b>Renda Familiar</b>		
Entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00	2	3,9
Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00	10	19,6
Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00	20	39,2
Mais de R\$ 4.000,00	19	37,3
<b>Posicionamento político</b>		
Conservador	9	17,6
Progressista	42	82,4

A segunda escala, cuja resposta é dada em uma escala de 9 pontos, possui uma estrutura de dois fatores: Motivação Interna (internalização de uma visão não preconceituosa), com 4 itens e consistência interna moderada ( $\alpha = 0,55$ ); e Motivação Externa (atitude sutil de preconceito, cuja expressão é regulada pela opinião dos outros), com 5 itens e alta consistência

interna ( $\alpha = 0,80$ ) (Gouveia et al., 2006; Plant & Devine, 1998). A terceira escala é composta por 8 itens, cujas respostas são dadas em uma escala de 7 pontos, divididas em dois fatores: Dominância (preferência por hierarquias grupais em que há clara opressão a grupos subordinados) e Anti-Igualitarismo (preferência pela desigualdade entre grupos, rejeitando políticas públicas que a reduzam), ambos com boa consistência interna (0,82 e 0,85, respectivamente) (Vilanova et al., 2022).

Para a construção da tarefa de categorização racial foi utilizado o programa PsychoPy 3.0 (<https://www.psychopy.org/>, Peirce et al., 2019). Os estímulos dessa tarefa foram desenvolvidos a partir de dezesseis imagens frontais de rostos brancos com expressão neutra (8 homens e 8 mulheres) do banco de dados de DeBruine e Jones (2021). Estas foram utilizadas para criar modelos computacionais realistas dos rostos e modular características fenotípicas e pigmentação da pele, por meio do FaceGen Modeller 3.1 (Singular Inversions Inc., Toronto, Canadá). O resultado foi um conjunto de 176 faces em um contínuo racial preto-branco com 11 níveis espaçados linearmente. A largura e a altura das faces tinham um tamanho médio aproximado de 6,5 graus e de 9 graus de ângulo visual (tela de 21 polegadas a 57 cm de distância do participante), respectivamente. As faces utilizadas são iguais às faces do estudo de Antunes et al. (2023).

As imagens de status socioeconômico foram obtidas do SocialPICS (Araújo et al., 2024). Foram selecionadas 48 imagens do grupo “paisagem” (*landscape*), igualmente divididas em status socioeconômico (1) baixo (mediana entre 1 e 3), com valência média entre 3,84 e 18,09 e nível de alerta médio entre 71,93 e 85,98; (2) médio (mediana de 50 para todas as imagens), com valência média entre 39,61 e 83,43 e nível de alerta médio entre 16,41 e 68,18; e (3) alto (mediana entre 97 e 100), com valência média entre 66,14 e 88,64 e nível de alerta médio entre 20,84 e 46,05. Também foi selecionada uma imagem do grupo “vestuário” (*clothing*), com mediana para status socioeconômico de 50, valência média igual a 63,33 e

nível de alerta médio igual a 25,16 (CL\_dove.png). Essa roupa foi inserida em todas as imagens de paisagem, com sua base sendo posicionada no limite inferior destas e centralizada horizontalmente, com o auxílio do site photopea.com. A inclusão dessa imagem foi necessária para que as faces não aparecessem “flutuando” nas paisagens. Posteriormente, com o auxílio do mesmo site, as faces foram inseridas nas paisagens, sendo que cada paisagem foi combinada com todos os 11 níveis do contínuo racial preto-branco, porém sem repetir a identidade da face (ver Figura 1). Desse modo, para cada status socioeconômico (baixo, médio e alto) foram construídas 176 imagens (16 paisagens x 11 níveis do continuum), totalizando 528 estímulos.

### Figura 1

*Imagens de uma face no ponto médio do contínuo racial preto-branco (50% branco, 50% preto, com três identidades diferentes), na condição de status socioeconômico baixo (a), médio (b) e alto (c).*



### 2.3. Procedimento

Em dia e horário previamente agendado com a pesquisadora, o participante comparecia ao laboratório de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da UFU. Em primeiro lugar, o participante recebia o TCLE. Após a leitura e a concordância com as informações, o participante assinou o TCLE em duas vias. Depois, o participante respondeu ao questionário inicial com os dados sociodemográficos. Em seguida, iniciava-se a sessão experimental propriamente dita. Nesta, em ordem aleatória, o participante respondia aos três instrumentos

de autorrelato (Escala de Racismo Revitimizador, Escala de Motivação Interna e Externa para Responder sem Preconceito e Escala de Orientação à Dominância Social – 7) e realizava a tarefa experimental de categorização racial.

Antes de começar a tarefa experimental, o participante recebeu as instruções para sua execução na tela do computador e realizou um breve treinamento de 10 tentativas com faces nos extremos do contínuo racial (100% preta e 100% branca) inseridas em cinco imagens diferentes de status socioeconômico médio (controle), as quais não foram utilizadas na tarefa experimental propriamente dita. Em cada tentativa, o participante pressionava a tecla “espaço”, o que resultava na apresentação de um ponto de fixação central por 500 ms. Na sequência, uma imagem composta por uma face e uma paisagem era apresentada por 750 ms. A tarefa do participante era indicar pelo teclado do computador se a face era branca ou preta. Para metade da amostra, a resposta “branca” era a tecla ↑ e a resposta “preta” era a tecla ↓. Na outra metade da amostra, as teclas eram invertidas, i.e., a resposta “branca” era a tecla ↓ e a resposta “preta” era a tecla ↑. As 176 faces foram apresentadas três vezes, cada uma em uma condição de status socioeconômico (baixo, médio e alto), totalizando 528 tentativas. A tarefa experimental teve uma duração média de 25 minutos e a sessão de coleta de dados completa teve uma duração média de 40 minutos.

#### *2.4. Análise de dados*

Para os dados obtidos com o questionário inicial e para os escores parciais e totais dos instrumentos de autorrelato, calculou-se a média, o desvio-padrão, a mediana e a amplitude. Esses dados foram submetidos à correlação de Pearson, após a verificação da normalidade dos dados por meio do teste de Shapiro-Wilk. Na tarefa de categorização racial, para cada participante e para cada condição de status socioeconômico, os dados de frequência da resposta “preta” nos onze níveis do continuum racial preto-branco foram ajustados a uma curva normal

acumulada. A partir dela foi calculado o nível do contínuo que está associado ao maior grau de incerteza de resposta (i.e., 50% de resposta “preta”), o qual é utilizado como limiar de categorização. Esse limiar também foi submetido a uma ANOVA de medida repetida (status socioeconômico: baixo, médio e alto). As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do programa Jamovi.

### 3. Resultados

#### 3.1. Medidas explícitas associadas ao preconceito

No questionário inicial, havia perguntas sobre questões étnico-raciais relacionadas à experiência cotidiana do participante (diversidade dos ambientes frequentados), seu grau de conhecimento sobre esse tema (letramento racial) e sua atitude frente ações afirmativas nas universidades e em concursos públicos (endosso às cotas raciais). Os dados mostraram valores próximos ao ponto médio da escala (i.e., 4) para a diversidade do ambiente ( $M = 4,24$ ;  $DP = 1,44$ ,  $Med = 4$ ) e o letramento racial ( $M = 4,73$ ;  $DP = 1,14$ ,  $Med = 5$ ). Por outro lado, a amostra se revelou com alto endosso às cotas raciais ( $M = 6,06$ ;  $DP = 1,72$ ,  $Med = 7$ ). Essas avaliações foram submetidas a testes t de grupos independentes, em função do posicionamento político. Para a diversidade do ambiente frequentado, não houve diferença ( $t_{49} = 0,538$ ;  $p = 0,593$ ). Em contraste, observou-se diferença significativa no letramento racial ( $t_{49} = 2,575$ ;  $p = 0,013$ ), com os progressistas se percebem como mais letrados racialmente ( $M = 4,90$ ;  $DP = 0,96$ ) do que os conservadores ( $M = 3,89$ ;  $DP = 1,54$ ); e no endosso às cotas raciais ( $t_{49} = 8,412$ ;  $p < 0,001$ ), com maior concordância às ações afirmativas por parte dos progressistas ( $M = 6,67$ ;  $DP = 0,87$ ) do que os conservadores ( $M = 3,22$ ;  $DP = 1,92$ ).

No que diz respeito à versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social (SDO-7), os escores para a dimensão Dominância e para a dimensão Anti-Igualitarismo foram bem próximos ( $M = 1,79$ ;  $DP = 1,06$ ;  $Med = 1,25$ ; e  $M = 1,78$ ;  $DP = 0,96$ ;  $Med = 1,25$ , respectivamente). Esses valores são considerados baixos, revelando que a amostra não concorda muito com hierarquias e desigualdades entre os grupos sociais. Os escores da escala foram submetidos a um teste t para grupos independentes, com o posicionamento político como variável de agrupamento. A análise revelou uma diferença estatisticamente significativa para a dimensão Dominância ( $t_{49} = -7,643$ ;  $p < 0,001$ ) e dimensão Anti-Igualitarismo ( $t_{49} = -4,833$ ;  $p < 0,001$ ). Em ambas as dimensões, os participantes que se classificaram como conservadores

obtiveram escores mais elevados ( $M = 3,47$ ;  $DP = 0,76$ ;  $M = 2,94$ ;  $DP = 0,96$ , respectivamente) em comparação com os participantes que se identificaram como progressistas ( $M = 1,43$ ;  $DP = 0,72$ ;  $M = 1,53$ ;  $DP = 0,76$ , respectivamente).

Por sua vez, na Escala de Racismo Revitimizador, o escore médio foi igual a 16,0 ( $DP = 8,45$ ,  $Med = 13$ ). Esse valor é próximo do escore mínimo da escala (i.e., 10), o que aponta níveis reduzidos de preconceito racial. Padrão similar foi observado na escala de Motivação Intrínseca para responder sem preconceito ( $M = 32,98$ ;  $DP = 5,30$ ,  $Med = 36$ ), escore próximo ao máximo da escala (i.e., 36). Tomados em conjunto, esses dados mostram que a amostra investigada tem poucas atitudes de preconceito racial e isso se deve aos seus valores pessoais. De maneira complementar, na escala de Motivação Extrínseca para responder sem preconceito, o escore médio foi igual a 13,86 ( $DP = 7,87$ ,  $mediana = 13$ ), valor distante do escore máximo (i.e., 45), indicando que as normas sociais têm pouca importância em suas atitudes. Na análise do teste t para grupos independentes, em função do posicionamento político, observou-se diferença significativa no escore da escala de Racismo Revitimizador ( $t_{49} = -7,206$ ;  $p < 0,001$ ). Os conservadores apresentaram maiores escores, i.e., mais atitudes de preconceito racial ( $M = 29,0$ ;  $DP = 9,43$ ) em comparação com os progressistas ( $M = 13,26$ ;  $DP = 4,99$ ). Não houve diferença significativa nas escalas de Motivação Intrínseca e Extrínseca para responder sem preconceito ( $t_{49} = 1,243$ ;  $p = 0,220$ ; e  $t_{49} = 0,406$ ;  $p = 0,687$ , respectivamente).

Todas essas variáveis foram submetidas a análises de correlação de Pearson. Foram observadas correlações positivas e significativas entre a Motivação Intrínseca para responder sem preconceito e o Endosso às cotas ( $r = 0,289$ ;  $p = 0,040$ ); e o escore da escala de Racismo Revitimizador com as duas dimensões do SDO-7, Dominância ( $r = 0,771$ ;  $p < 0,001$ ) e Anti-Igualitarismo ( $r = 0,515$ ;  $p < 0,001$ ). Por outro lado, foram observadas correlações negativas e significativas entre a Dominância com (1) Letramento racial ( $r = -0,513$ ;  $p < 0,001$ ), (2) Endosso às cotas ( $r = -0,729$ ;  $p < 0,001$ ) e (3) Motivação Interna para responder sem

preconceito ( $r = -0,354$ ;  $p = 0,011$ ); entre o Anti-Igualitarismo com (1) Letramento racial ( $r = -0,471$ ;  $p < 0,001$ ), (2) Endosso às cotas ( $r = -0,551$ ;  $p < 0,001$ ) e (3) Motivação Interna para responder sem preconceito ( $r = -0,357$ ;  $p = 0,010$ ); e entre o escore da escala de Racismo Revitimizador com (1) Endosso às cotas ( $r = -0,867$ ;  $p < 0,001$ ) e (2) Motivação Interna para responder sem preconceito ( $r = -0,413$ ;  $p = 0,003$ ). As outras correlações não alcançaram significância estatística ( $p > 0,05$ ).

### **3.2. Limiar de Categorização Racial**

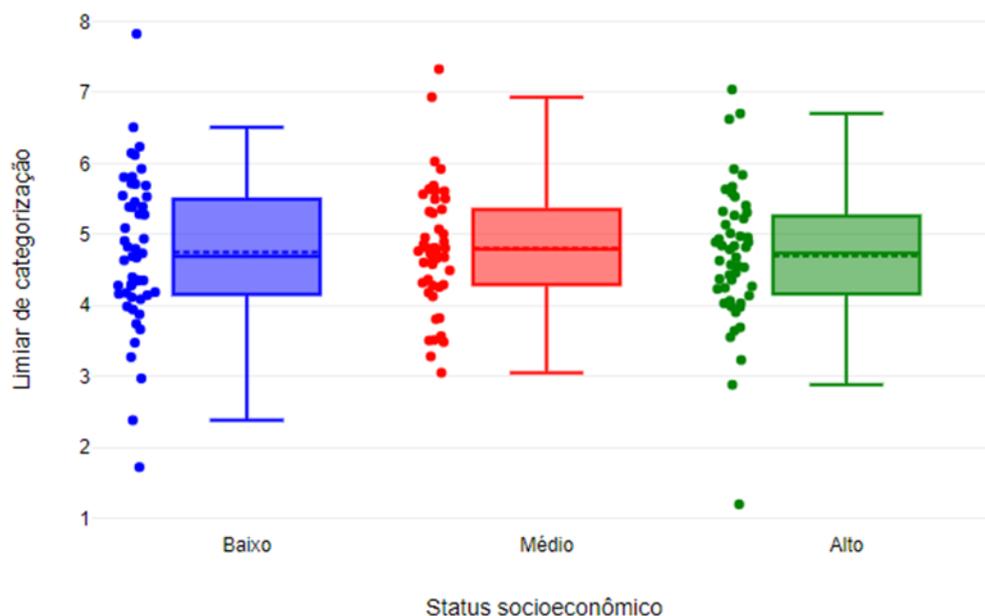
No cálculo dos limiares de categorização racial também se verificou o ajuste dos dados à curva normal acumulada. A análise revelou que a tarefa experimental forneceu parâmetros válidos e confiáveis, em face ao ótimo ajuste nas três condições: Status Socioeconômico Alto (SSA,  $R^2$  médio = 0,92; DP = 0,05; amplitude = 0,77-0,99); Status Socioeconômico Baixo (SSB,  $R^2$  médio = 0,92; DP = 0,05; amplitude = 0,78-0,99); e Status Socioeconômico Médio (SSM,  $R^2$  médio = 0,94; DP = 0,04; amplitude = 0,78-0,99). Além disso, destaca-se que apenas um limiar de categorização racial para SSA e dois limiares para SSM foram excluídos da análise final, por serem considerados valores extremos (*outliers*, valores abaixo de três desvios-padrão da média).

Os escores médios de limiar de categorização nas três condições são apresentados na Figura 2. Observa-se que os limiares para SSA ( $M = 4,70$ ; DP = 0,98), para SSB ( $M = 4,75$ ; DP = 1,08) e para SSM ( $M = 4,81$ ; DP = 0,87) são muito próximos entre si e abaixo do ponto médio do continuum racial preto-branco (5,5) utilizado no presente estudo. Esse resultado sugere que, independentemente do status socioeconômico em que a face estava inserida, os participantes não precisaram de muitas informações fenotípicas para avaliar a face como sendo de uma pessoa preta. Esses dados foram submetidos a uma ANOVA de medida repetida (SSA, SSB e

SSM), a qual mostrou que o status socioeconômico das cenas visuais não modulou diferencialmente o limiar de categorização racial ( $F_{2,96} = 0,942$ ;  $p = 0,393$ ).

## Figura 2

### *Limiares de Categorização Racial em Função do Status Socioeconômico da Cena Visual*



Por fim, observou-se que o limiar de categorização racial na condição SSA se correlacionou significativamente com duas medidas de autorrelato associadas ao preconceito: Endosso às cotas ( $r = -0,291$ ;  $p = 0,041$ ) e Anti-Igualitarismo ( $r = 0,292$ ;  $p = 0,040$ ). Para analisar mais detalhadamente essas associações, realizou-se uma análise de grupos extremos (Quartil 1 e Quartil 3) por meio de testes t de grupos independentes. Para o Endosso às cotas, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa ( $p > 0,05$ ). Em contraste, no caso do Anti-Igualitarismo, a análise indicou uma diferença significativa ( $t_{24} = -2,25$ ;  $p = 0,032$ ), com os participantes com maior aderência a ideias de manutenção das desigualdades sociais apresentou maiores limiares de categorização racial para SSA ( $M = 5,05$ ;  $DP = 1,01$ ) em comparação com os participantes que apoiam maior igualdade social ( $M = 4,26$ ;  $DP = 1,06$ ).

Esses dados sugerem que, os participantes que concordam que a sociedade seja desigual e injusta, necessitam de mais características fenotípicas para categorizar uma face como preta em contexto de Status Socioeconômico Alto.

#### 4. Discussão

O presente estudo teve como objetivo avaliar a influência de contextos socioeconômicos (baixo – SSB, médio – SSM e alto – SSA) na categorização racial. As hipóteses iniciais foram de que na presença de pistas contextuais de baixo status socioeconômico, os participantes apresentariam menor limiar de categorização racial em comparação com as condições de alto e médio status socioeconômico. Também esperava-se encontrar correlações negativas entre o limiar de categorização racial e as medidas explícitas de preconceito racial.

Os resultados do limiar de categorização racial não confirmaram a hipótese inicial, i.e., não houve diferenças significativas entre os limiares de categorização racial, em função dos contextos socioeconômicos em que as faces estavam inseridas. Os menores limiares de categorização racial foram observados na condição de status socioeconômico alto (SSA) e os maiores limiares na condição controle (SSM), com valores intermediários na condição de status socioeconômico baixo (SSB). Destaca-se ainda que os limiares das três condições estavam próximos e abaixo do ponto médio, isso indica que os participantes, de forma geral, precisavam de poucas características fenotípicas para começar a reconhecer uma face como preta. Na mesma direção, a segunda hipótese também não foi corroborada. No entanto, observou-se uma correlação positiva e significativa entre a dimensão de Anti-Igualitarismo da escala de Orientação à Dominância Social (SDO-7) e o limiar de categorização racial na condição SSA; e uma correlação negativa e significativa entre o endosso às cotas raciais e o limiar de categorização racial na mesma condição.

Com relação às medidas explícitas de preconceito e os fatores sociocognitivos avaliados, destaca-se que os escores médios para as duas dimensões da escala de Orientação à Dominância (SDO-7, Dominância e Anti-Igualitarismo) foram maiores para os participantes que se identificaram como conservadores, o que indica que esse grupo prefere uma sociedade

com hierarquias e desigualdades entre os grupos sociais se comparado aos progressistas. O estudo Vilanova et al. (2022) apresenta resultados consonantes com esses achados, visto que também foram observados maiores escores em ambas as dimensões da SDO-7 nos participantes que se classificaram como conservadores. Ademais, também foram observados maiores escores na escala de Racismo Revitimizador (ERR) entre os participantes que se identificaram como conservadores, revelando maior concordância desse grupo com atitudes relacionadas ao preconceito racial em comparação com os progressistas. As pessoas com maiores escores nessa escala possuem uma maior tendência de acreditar que o preconceito racial não existe, sendo apenas uma tentativa de vitimização. Nessa direção, no estudo Lima et al. (2020), que realizou validação da ERR no Brasil, foi observado que o preconceito racial se correlacionou positivamente com as ideias associadas ao autoritarismo de direita.

Ainda sobre o posicionamento político, foram observadas diferenças em relação ao letramento racial e concordância com as cotas. Percebeu-se que o grupo de conservadores declarou menor letramento sobre as questões raciais e menor endosso às cotas raciais do que o grupo de progressistas, revelando a importância de analisar o posicionamento político em conjunto com as medidas explícitas de preconceito, conforme indicado por Ventura (2024). Assim como no presente estudo, os trabalhos citados foram conduzidos com uma amostra predominantemente universitária. Especula-se que esse ambiente possui normas antipreconceito mais acentuadas que na sociedade em geral e isso acaba impactando de forma significativa a atitude frente ao preconceito.

No que diz respeito à SDO-7, de acordo com Vilanova et al. (2022), já foi observado na literatura internacional uma correlação positiva entre a orientação à dominância social e o preconceito direcionado a grupos percebidos como degenerados e dissidentes. Além disso, a dimensão Dominância não foi atrelada ao preconceito a grupos percebidos como perigosos. O presente estudo preenche uma lacuna sobre essas relações no contexto brasileiro, pois foram

observadas correlações positivas entre os escores das duas dimensões da SDO-7 com os escores de preconceito racial, avaliados pela escala de Racismo Revitimizador. É possível que alguns estereótipos tradicionalmente associados à população negra, e.g., são pessoas perigosas, que contribuem para o preconceito racial (Lima, 2020; Berkebile-Weinberg et al., 2022) sejam mediados pela orientação à dominação social. Esses achados são diferentes dos relatados na literatura internacional, o que reforça a posição teórica sobre a existência de um racismo à brasileira (Fernandes & Pereira, 2019).

Também foi observada uma correlação negativa entre as dimensões da SDO-7 e (1) a motivação interna para responder sem preconceito, o que está em conformidade com a literatura anterior (Gouveia et al., 2006, Krosch et al., 2017); e (2) o apoio às cotas raciais para o ingresso na universidade e em concursos públicos, o que em conjunto com os dados discutidos acima, sugerem que a escala de Orientação à Dominância Social pode ser uma forma indireta de medir o preconceito racial, causando menor reatividade nos participantes. A hipótese de ser uma escala sensível e de menor reatividade para medir o preconceito racial também é apoiada pelo desfecho de que foi a única escala cujos fatores se correlacionaram com o limiar de categorização racial.

Nessa direção, também é importante destacar que a concordância com as cotas raciais, aparentemente, foi um mediador importante das medidas explícitas de preconceito. Isso porque a atitude de concordância às cotas raciais se correlacionou significativamente com a maioria dos fatores das escalas utilizadas no presente estudo e com o limiar de categorização racial. Esses dados sugerem que o grau de endosso às cotas raciais também pode ser utilizado como um possível preditor de preconceito ou discriminação, o que é apoiado por estudos anteriores que encontraram correlações negativas entre a concordância com essa política afirmativa e medidas explícitas de preconceito racial (e.g., Ventura, 2024). Além disso, também é possível estabelecer relação com a ideia do mito da democracia racial presente no contexto brasileiro,

uma narrativa que coloca o racismo como um discurso de vitimismo das minorias que buscam se beneficiar ou justificar o fato de não conseguirem alcançar determinadas posições sociais e econômicas (Antunes et al., 2023; Lima et al., 2020).

Por fim, é necessário apontar que, dentre as medidas explícitas associadas ao preconceito, a motivação externa para responder sem preconceito não se correlacionou com nenhuma outra medida. Isso quer dizer que as normas sociais e a preocupação em parecer preconceituoso aos olhos dos outros não afetaram o comportamento ligado ao preconceito racial. Paradoxalmente, Lima (2020) destaca em seu livro que no Brasil há um mito da democracia racial e um preconceito por ser preconceituoso no cenário do país, que acaba por fazer com que as manifestações de racismo aconteçam de forma velada. Entretanto, na validação da ERR, assim como no presente estudo, não foi observada correlação significativa entre os escores da escala com a motivação externa para responder sem preconceito.

Uma possível explicação para esses achados é o momento histórico atual. Não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo, observa-se nos últimos anos a ascensão da extrema direita na política (e.g., Pinheiro-Machado & Vargas-Maia, 2023). Os discursos da extrema direita são caracterizados pelo caráter conservador das desigualdades sociais e de distanciamento dos movimentos sociais, das pautas identitárias e das conquistas de direitos (Antunes et al., 2023; Lima et al., 2020; Maia, 2024). Especula-se, então, como o contexto político é de crescimento de narrativas que vão contra aos movimentos sociais e não os legitima, a relevância que isso tem a nível individual, consequentemente, encontra-se reduzida. Essa hipótese encontra suporte nos estudos de Ventura (2024), cujos resultados foram semelhantes aos descritos aqui, e de Mattan, Kubota et al. (2018). Neste, a partir de uma tarefa na qual os participantes precisavam formar impressões sobre estímulos com informações de status social e de raça, observou-se que a motivação externa para responder sem preconceito teve impacto sob a percepção de status, mas não sobre a percepção de raça.

Com relação aos limiares de categorização racial, os valores abaixo do ponto médio do continuum racial, são condizentes com o observado no estudo de Ventura (2024), que foi realizado com uma amostra universitária no Brasil, utilizou a mesma tarefa experimental e cuja coleta de dados também ocorreu na modalidade presencial. Esses achados são diferentes do estudo de Antunes et al. (2023), com uma amostra não universitária e coleta de dados remota, que encontrou um limiar de categorização racial superior ao ponto médio do continuum. É importante salientar que, no presente estudo, parte da amostra era universitária e a outra parte não. Em análises preliminares, verificou-se que a parte não-universitária da amostra apresentou limiares de categorização racial maiores, assim como em Antunes et al. (2023). Adicionalmente, esse estudo observou que as pessoas com elevadas pontuações nas escalas de preconceito apresentaram um limiar de categorização racial mais alto, i.e., necessidade de mais traços fenotípicos para categorizar uma face como preta. Pode-se concluir, portanto, que no contexto nacional, os limiares de categorização racial não se correlacionam negativamente com as medidas explícitas de preconceito; e que em amostras universitárias prevalecem normas antipreconceito, o que afeta as medidas explícitas de preconceito e a percepção racial.

Destaca-se ainda como a cultura modula diferencialmente a relação entre o limiar de categorização racial e as medidas explícitas de preconceito racial. Por exemplo, em contraste ao observado no contexto brasileiro, os estudos realizados nos Estados Unidos apontam para o fenômeno da hipodescendência relacionado ao preconceito, que em um contexto experimental se manifesta em limiares de categorização racial menores associados a escores elevados em escalas de preconceito (Freeman et al., 2011; Krosch & Amodio, 2014; Peery & Bodenhausen, 2008). Essas diferenças contexto dependentes reforçam a ideia de que a raça é algo socialmente construído (Freeman et al., 2011) e compreende-se as diferenças históricas e culturais como possíveis influências do fenômeno (Lima, 2020). Portanto, a percepção racial não é o mero

processamento de características fenotípicas (*bottom-up*) e, inevitavelmente, está ligada a diversos aspectos subjetivos e contextuais (*top-down*) (Freeman et al., 2011).

Assim, não é possível abordar esse tema sem considerar aspectos do observador no processo de categorização racial, como suas crenças, estereótipos e motivações (Allidina & Cunningham, 2023; Krosch, 2022). Por exemplo, Allidina e Cunningham (2023) evidenciam os aspectos motivacionais no processo de categorização racial. Os autores mostraram que as pessoas aumentam a atenção a uma dada dimensão à medida que as conclusões desse maior direcionamento atencional estejam em concordância com narrativas estruturais pré-existentes. Isto é, as crenças, que são moldadas pelo contexto, são altamente resistentes à mudança, pois há a motivação para mantê-las. Os vieses da nossa percepção são as ferramentas que atuam mantendo esses esquemas, visando dois pontos principais: esquemas compartilhados e benefícios sociais ou recursos.

A influência dos fatores sociocognitivos (*top-down*) fica evidente na observação de associações significativas do limiar de categorização racial na condição de status socioeconômico alto (SSA) com o endosso às cotas raciais (correlação negativa) e com o escore de Anti-Igualitarismo na SDO-7 (correlação positiva). Esses achados corroboram os resultados de Antunes et al. (2023), reforçando que no contexto brasileiro as pessoas mais preconceituosas precisam de maior número de traços fenotípicos para classificar uma pessoa como preta. Isso pode estar conectado, novamente, com a caracterização do racismo no contexto brasileiro. Desse modo, precisar de mais evidências para reconhecer uma pessoa como preta, pode estar atrelado à contestação de direitos das minorias, pois sustenta a ideia de que “todos são iguais” (Lima, 2020).

Esses resultados também podem denotar um viés de atenção diferencial para as faces de pessoas pretas, pois estas estariam associadas à percepção de ameaça, conforme os estereótipos negativos que se ligam ao preconceito racial (Berkebile et al., 2022; Lima 2020).

Esse é um mecanismo evolutivo de proteção, ou seja, a atenção é mobilizada diferencialmente frente a estímulos perigosos (e.g., um animal peçonhento e um rosto com a expressão emocional de raiva). O estudo de Trawalter et al. (2008) encontrou evidências, por meio de uma tarefa *dot-probe*, de que a atenção dos participantes foi alocada preferencialmente às faces de jovens pretos em comparação às faces de jovens brancos, provavelmente por serem julgadas como estímulos ameaçadores. Assim, pode-se hipotetizar que, no contexto socioeconômico alto, as faces pretas mobilizaram diferencialmente a atenção dos participantes que endossam a desigualdade social (“uma pessoa preta não frequenta esses espaços”).

Por fim, o presente estudo não encontrou diferenças no limiar de categorização racial, em função do contexto de status socioeconômico em que as faces estavam inseridas. Esses achados são diferentes dos estudos prévios (Freeman et al., 2011, 2013; Torres et al., 2019), os quais encontraram que as pistas contextuais aumentaram a probabilidade de categorização, de acordo com os estereótipos associados ao contexto. No entanto, há diferenças metodológicas importantes entre esses estudos, o que pode explicar essa divergência nos resultados. Por exemplo, em Torres et al. (2019) foram utilizadas fotografias de pessoas reais e não modelos computacionais; em Freeman et al. (2011), as pistas contextuais eram roupas e não cenas visuais; e em Freeman et al. (2013), a categorização racial foi entre brancos e amarelos (orientais) e não entre brancos e pretos.

Com relação às limitações do presente estudo, como já abordado previamente, a maior parte da amostra foi composta por pessoas de perfil universitário e progressista, que apresentou baixos escores nas medidas explícitas associadas ao preconceito. Dessa forma, compreende-se que a amostra não foi representativa da população brasileira (Lima et al., 2020; Ventura, 2024). Além disso, como destacado no estudo Trawalter et al., (2008), imagens com valência emocional, depois de repetidas exposições, podem produzir habituação, de modo que a resposta emocional seja atenuada ou até mesmo desapareça com o tempo. Como as imagens do

SocialPICS apresentam conteúdo emocional e, conseqüentemente, afetam a codificação e sinalização afetiva da informação (Araújo et al., 2024), compreende-se que a atenuação da resposta emocional provocada pela repetição das imagens e também pela duração da tarefa (aproximadamente 25 minutos) podem ter influenciado os resultados do experimento.

Dessa maneira, algumas sugestões emergem como perspectivas para futuras investigações sobre o tema. Em primeiro lugar, sugere-se que as pesquisas futuras busquem explorar diferentes grupos de participantes, especialmente aqueles com inclinações políticas mais conservadores. Ademais, como observado nos resultados, que o estereótipo que associa as pessoas pretas com perigo e ameaça parece ter um peso significativo na percepção racial (Berkebile-Weinberg et al., 2022), seria interessante investigar a categorização racial em contextos específicos. Por exemplo, é citado que os estereótipos funcionam como um mecanismo de manutenção da desigualdade e das hierarquias, logo, podemos pensar em futuras pesquisas como essa em populações de policiais e juízes. A condução de pesquisas sobre categorização racial junto a esses grupos pode trazer contribuições significativas para a formulação de políticas públicas.

Por fim, ainda refletindo sobre a relevância do estereótipo de ameaça, sugere-se associar a tarefa experimental aqui realizada com uma tarefa de *dot-probe*, similar à de Trawalter et al. (2008). Seria importante, nesse caso, também atentar-se para a extensão da tarefa experimental, de forma que uma redução na quantidade de imagens utilizadas no experimento possa ser implementada. Além disso, pode-se pensar na retirada das imagens com o cenário status socioeconômico médio (SSM), mantendo apenas as de status socioeconômico alto (SSA) e baixo (SSB). A retirada das imagens de SSM poderia ser uma forma de reduzir a duração do experimento, reduzindo a influência da habituação nos resultados do estudo.

Esta pesquisa representa uma contribuição importante para o estudo do preconceito racial, principalmente por ser a primeira pesquisa no Brasil, conforme a revisão bibliográfica

realizada, que investiga a intersecção entre status socioeconômico e categorização racial. Assim, esse estudo fornece importante substrato teórico para novas e relevantes perguntas de pesquisa sobre percepção racial no contexto brasileiro. Além de oferecer importantes contribuições teóricas, o presente estudo também fornece notáveis contribuições metodológicas como (1) um banco de imagens com a combinação de faces, vestuário padronizado e fundos de contexto socioeconômico; e (2) evidências sobre a possibilidade de utilizar a escala de Orientação à Dominância Social e/ou uma pergunta sobre o endosso às cotas raciais, como forma alternativa para avaliar o nível de preconceito com menor reatividade dos participantes.

## 6. Referências

- Allidina, S., & Cunningham, W. A. (2023). Motivated categories: Social structures shape the construction of social categories through attentional mechanisms. *Personality and Social Psychology Review*, 27(4), 393-413. <https://doi.org/10.1177/10888683231172255>
- Amodio, D. M. (2014). The neuroscience of prejudice and stereotyping. *Nature Reviews Neuroscience*, 15(10), 670-682. <https://doi.org/10.1038/nrn3800>
- Akert, R. M., Aronson, E., & Wilson, T. D. (2015). *Psicologia Social* (8ª Ed.). LTC.
- Araujo, A. B. d. M., Bernardino, L. G., de Souza, R. R., Grebot, I. B. d. F., & de Moraes Jr, R. (2024). SocialPICS: A Novel Validated Database of Socioeconomic-Content Images. *Trends in Psychology*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1007/s43076-024-00377-0>
- Antunes, R. D. A., Gonçalves, E. D. S., Bernardino, L. G., Casalecchi, J. G. S., Grebot, I. B. D. F., & de Moraes Jr, R. (2023). Influence of Economic Scarcity on Race Perception. *Psychological Reports*. <https://doi.org/10.1177/00332941231169666>
- Beck, J. S. (2022). *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática* (3ª Ed.). Artmed.
- Berkebile-Weinberg, M. M., Krosch, A. R., & Amodio, D. M. (2022). Economic scarcity increases racial stereotyping in beliefs and face representation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 102, 104354. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2022.104354>
- DeBruine, L. M., & Jones, B. C. (2021, october 28). 3DSK face set with webmorph templates. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/A3947>
- de Moraes Jr, R., Bernardino, L. G., & Araujo, A. B. d. M. (2023). Neurociência Racial. In J. Landeira-Fernandez, J. C. Rossini & B. Sanvicente-Vieira (Orgs.). *Psicologia Cognitiva e Neurociências: Modelos Teóricos e Aplicações* (pp. 239-254). Appris.

- Fernandes, S. C. S., & Pereira, M. E. (2019). Atitudes étnico-raciais: elaboração e evidências de validade de uma medida do racismo à brasileira. *Psico*, 50(4), e28624. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.4.28624>
- Freeman, J. B., Ma, Y., Han, S., & Ambady, N. (2013). Influences of culture and visual context on real-time social categorization. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(2), 206-210. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.10.015>
- Freeman, J. B., Penner, A. M., Saperstein, A., Scheutz, M., & Ambady, N. (2011). Looking the part: Social status cues shape race perception. *PloS One*, 6(9). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0025107>
- Gouveia, V. V., Souza Filho, M. L., Araújo, A. G. T., Guerra, V. M., & de Sousa, D. F. M. (2006). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 422-432. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300011>
- IBGE - Coordenação de População e Indicadores sociais (2023). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2023. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>
- Krosch, A. R., & Amodio, D. M. (2014). Economic scarcity alters the perception of race. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111(25), 9079–9084. <https://doi.org/10.1073/pnas.1404448111>
- Krosch, A. R., Tyler, T. R., & Amodio, D. M. (2017). Race and recession: Effects of economic scarcity on racial discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 113(6), 892–909. <https://doi.org/10.1037/pspi0000112>
- Krosch, A. R. (2022). Threat alters race perception to facilitate discrimination. *Trends in Cognitive Sciences*, 26(11), 902-905. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2022.08.017>
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Editora Blucher.

- Lima, M. E. O., Barbosa, I. H. A., Araujo, E. M. S., & Almeida, J. N. de. (2020). Construção e validação da Escala de Racismo Revitimizador. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2), 130–130. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p130>
- Maia, T. D. A. (2024). Negacionismo histórico e emergência da extrema direita A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia Historia*, 39, e23312. <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000300012>
- Mattan, B. D., Kubota, J. T., Dang, T. P., & Cloutier, J. (2018). External motivation to avoid prejudice alters neural responses to targets varying in race and status. *Social cognitive and affective neuroscience*, 13(1), 22-31. <https://doi.org/10.1093/scan/nsx128>
- Mattan, B. D., Wei, K. Y., Cloutier, J., & Kubota, J. T. (2018). The social neuroscience of race-based and status-based prejudice. *Current Opinion in Psychology*, 24, 27-34. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.04.010>
- Peery, D., & Bodenhausen, G. V. (2008). Black+ White= Black: Hypodescent in reflexive categorization of racially ambiguous faces. *Psychological Science*, 19(10), 973-977. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2008.02185.x>
- Peirce, J. W., Gray, J. R., Simpson, S., MacAskill, M. R., Höchenberger, R., Sogo, H., Kastman, E., Lindeløv, J. (2019). PsychoPy2: Experiments in behavior made easy. *Behavior Research Methods*, 51, 195–203. <https://doi.org/10.3758/s13428-018-01193-y>
- Pinheiro-Machado, R., & Vargas-Maia, T. (2023). *The Rise of The Radical Right in the Global South*. Routledge.
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 811-832. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.75.3.811>

- Rodeheffer, C. D., Hill, S. E., & Lord, C. G. (2012). Does this recession make me lookblack? The effect of resource scarcity on the categorization of biracial faces. *Psychological Science*, 23(12), 1476–1478. <https://doi.org/10.1177/0956797612450892>
- Torres, F., Salgado, M., Mackenna, B., & Núñez, J. (2019). Who differentiates by skin color? Status attributions and skin pigmentation in Chile. *Frontiers in Psychology*, 10, 1516. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01516>
- Trawalter, S., Todd, A. R., Baird, A. A., & Richeson, J. A. (2008). Attending to threat: Race-based patterns of selective attention. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44(5), 1322. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2008.03.006>
- Truzzi, O., Palma, R. D., & Monsma, K. (2023). Em busca de um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição. *Tempo Social*, 35, 83-106. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.203882>
- Ventura T. F. (2024). Categorização racial e ações afirmativas no Ensino Superior [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia]. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41900>
- Vilanova, F., Almeida-Segundo, D. S. de., Duarte, M. de Q., & Costa, Â. B. (2022). Evidências de Validade da Escala de Orientação à Dominância Social no Brasil. *Psico-USF*, 27(3), 437–449. <https://doi.org/10.1590/1413-82712024270303>